



Comissão de Saúde, Saneamento, Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional

**VETO TOTAL N° 229/2021
AO PROJETO DE LEI N° 1.126/2019**

Veto Total ao Projeto de Lei n° 1.126/2019, de autoria da Deputada Estela Bezerra, o qual “Determina o provimento de alimentação escolar adequada às alunas e alunos que tem doença celíaca, intolerância à lactose e diabetes, oferecendo merenda escolar que atenda a sua necessidade de atenção nutricional diferenciada”. **Exara-se parecer pela REJEIÇÃO do Veto.**

Veto fundamentado sob o argumento de que o Estado já oferece cardápio adequado às necessidades específicas dos alunos que possuem restrições alimentares.

O fato de o serviço já ser prestado pelo poder público não retira a competência do legislador estadual, nem muito menos o interesse público da matéria. O projeto vem para reforçar a importância do serviço, dando-lhe o caráter legal fundamental para sua efetiva manutenção.

Insubsistência das alegações

Parecer pela rejeição do Veto.

AUTOR(A): GOVERNADOR DO ESTADO

AUTOR(A) DO PROJETO: DEP. ESTELA BEZERRA

RELATOR(A): DEP. DRA. PAULA (redesignado para Dep. Dr. Taciano Diniz)

P A R E C E R N° 094/2021

A Comissão de Saúde, Saneamento, Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional recebe para análise e parecer o Veto de 229/2021, do Governo do Estado da Paraíba, ao Projeto de Lei n° 1.126/2019, que “*Determina o provimento de alimentação escolar adequada às alunas e alunos que tem doença*



Comissão de Saúde, Saneamento, Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional

celíaca, intolerância à lactose e diabetes, oferecendo merenda escolar que atenda a sua necessidade de atenção nutricional diferenciada”.

O Chefe do Poder Executivo Estadual, com fulcro no § 1º, do artigo 65, da Constituição Estadual, **vetou totalmente** o referido projeto, por considera-lo inconstitucional e contrário ao interesse público. A instrução processual está em termos e a tramitação dentro dos preceitos regimentais.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O veto do Executivo **ao Projeto de Lei nº 1126/2019** fundamenta-se, segundo o Governador do Estado, em suma, no fato de a Secretaria de Educação já oferece cardápio adequado às necessidades específicas dos alunos que possuem restrições alimentares.

Para embasar suas razões, o Governador acosta pronunciamento da SEECT.

Nos termos do art. 227, parágrafo único, do Regimento Interno, compete à esta Comissão posicionar-se sobre Veto que seja, no todo ou em parte, político, ou seja, fundado em contrariedade ao interesse público, e atinente à sua área de atuação, como é o caso do presente Veto.

Entendo que o fato de o serviço já ser prestado pelo poder público não retira a competência do legislador estadual, nem muito menos o interesse público da matéria. O projeto vem para reforçar a importância do serviço, dando-lhe o caráter legal fundamental para sua efetiva manutenção.



Comissão de Saúde, Saneamento, Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional

As razões do veto, com as devidas vênias, não explicam como as ações decorrentes da Lei e as já executadas pela SEECT conflitam, de forma que entendo ser insubsistentes as razões de veto.

Assim, posiciono-me pela **REJEIÇÃO** do Veto Total 229/2021 aposto ao PLO 1126/2019, por entender que este está em consonância com o interesse público.

É o voto.

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 2021.


Dr. TACIANO DINIZ
DEPUTADO ESTADUAL

RELATOR

III- PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Saúde, Saneamento, Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional, nos termos do voto do(a) Senhor(a) Relator(a), opina, por unanimidade, pela **REJEIÇÃO** do Veto Total 229/2021 aposto ao PLO 1126/2019.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 2021.



Dr. TACIANO DINIZ
DEPUTADO ESTADUAL

PRESIDENTE



JANDUHY CARNEIRO
Deputado Estadual

MEMBRO



Inácio Falcão
Deputado Estadual

MEMBRO

Dep. Dra. Paula
MEMBRO

Dep. Pollyanna Dutra
MEMBRO